

"Governo gostaria de substituir moratória por acordo", diz Milliet

por **Ângela Bittencourt**
de São Paulo

O governo brasileiro gostaria de substituir a moratória da dívida externa por um acordo que dê condições definidas de qual será o volume de recursos de que o País vai dispor até o final do ano ou por mais tempo. Essa é a posição atual do Brasil, segundo Fernando Milliet, presidente do Banco Central (BC), que no próximo mês deverá retomar as negociações com os credores internacionais.

A data da viagem do presidente do BC aos EUA para contatos com os credores ainda não está definida, mas o encaminhamento que o governo pretende dar às conversações já está claro. "Vamos levar uma proposta firme. Nossa possibilidade de pagamento levará em conta as metas de crescimento econômico e especificamente do comércio exterior, mas estamos abertos para negociar. Pretendemos ter um leque de opções para apresentar aos credores, pois acreditamos que um único figurino dificilmente seria ideal e capaz de satisfazer ao mesmo tempo todos os credores que compõem um conjunto tão heterogêneo."

Milliet explica que uma das razões do Plano Bresser — que ele considera tático — ter sido feito neste momento é exatamente a questão externa. "Quando o nível das reservas do País é baixo o melhor que se tem a fazer é preservá-lo para poder ter mais flexibilidade na negociação."

DÍVIDA X PIB

O presidente do BC — embora não tenha completado dois meses no cargo — mostrar com clareza e realismo a condição do Brasil hoje no front externo. Milliet revela que o ideal é fazer com que a economia cresça a um determinado ritmo que faça que a per-

centagem relativa ao serviço da dívida diante do Produto Interno Bruto (PIB) se torne cada vez menor. "Essa relação, contudo, não é obtida de uma hora para outra, mas leva, certamente, de três a quatro anos".

Fernando Milliet prefere não fazer estimativas do tempo que pode durar o processo de renegociação com os credores. Ele salienta, porém, que pode ser rápido, caso os credores estejam dispostos a concordar com as propostas brasileiras na essência, ainda que não exatamente na forma.

Essa posição do BC não se restringe aos bancos oficiais, mas inclui as agências oficiais que detêm cerca de um terço da dívida brasileira. "O Brasil não está preocupado em fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", considera, "mas se a missão do Fundo que chega nesta semana ao Brasil fizer um relatório favorável, ele seguramente poderá melhorar a situação do País junto aos credores e junto ao Clube de Paris. Se o relatório for favorável, ótimo. Caso contrário, vamos continuar negociando."

PLANO

O presidente do BC acredita que até o final de julho o Plano de Consistência Macroeconômica deverá estar maduro para ser discutido com os credores. "Leva algum tempo porque não faz nenhum sentido avaliar as metas para a economia do País no exterior antes de discutí-las aqui dentro. O presidente da República será o primeiro a fazer sua avaliação, depois o plano será debatido com parlamentares, áreas sindicais e outros setores da economia. Só depois disso feito e do consenso, o plano será colocado na mesa dos credores", finalizou.